

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 625.499 - DF (2014/0292413-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **LOTUS AUTO PEÇAS LTDA**  
**AGRAVANTE** : **MAURO LUCIO DA SILVA CAMPOS**  
**ADVOGADOS** : **JOAQUIM FLÁVIO SPINDULA E OUTRO(S) - DF004895**  
: **RENATA CABRAL PERES SPINDULA E OUTRO(S) - DF029389**  
**AGRAVADO** : **MARCIO BATISTA DE SOUSA**  
**ADVOGADO** : **LUCIANO CORREIA MATIAS ALVES E OUTRO(S) - DF021765**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por incidência das Súmulas n. 83 e 211 do STJ, 282 e 284 do STF.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo dos agravantes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 309/310):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. TEORIA DA *ACTIO NATA*. MÉRITO. ENRIQUECIMENTO SEM JUSTA CAUSA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ. COMPENSAÇÃO DA RESTITUIÇÃO COM CRÉDITOS EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE AS PARTES LITIGANTES. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

- Em conformidade com o Princípio da *actio nata*, o termo *a quo* da prescrição surge com o nascimento da pretensão, assim considerado o momento a partir do qual a ação poderia ter sido ajuizada. (AgRg no REsp 1355467/RJ, 2ª Turma, Min. Humberto Martins, DJe 28/6/2013).

- Assim, o prazo de prescrição, de 3 anos, para ressarcimento de enriquecimento sem justa causa, começou a, fluir com a - sentença que julgou improcedente o pedido formulado nos embargos à execução, porquanto na referida data surgiu para a parte a pretensão de ajuizar a ação de restituição, haja vista ter tido conhecimento, naquele momento, de que o depósito efetuado não teria o condão de decotar a dívida executada.

- Não sendo demonstrada a má-fé da parte requerida, incabível a sua condenação de restituição em dobro.

- Inviável a determinação de compensação de créditos quando não há identidade entre credores e devedores, consoante .

disposto no artigo 368 do Código Civil.

- A indenização por danos morais somente é cabível quando violados os direitos da personalidade do indivíduo.

- Recurso dos requeridos parcialmente provido. Recurso do autor desprovido. Unânime.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fl. 335/342).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, os agravantes sustentaram a prevenção de Turma no TJDFT.

Aduziram o equívoco quanto ao termo inicial do prazo de prescrição que, fundado no art. 206, § 3º, IV e V, do CC/2002, seria trienal, destacando ainda que, por se tratar de questão de ordem pública, pode ser analisada em qualquer grau de jurisdição. Requereram,

nesse contexto, a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC/1973.

Alegaram ofensa ao art. 302 do CPC/1973, por suposto cerceamento de defesa, tendo em vista a falta de indicação dos fatos que teriam dado origem ao débito cobrado pelo agravado.

Por fim, insurgiram-se contra a inversão do ônus da prova, com fundamento no art. 333, I, do CPC/1973

O agravado apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 403/407).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Os recorrentes apontaram, de forma genérica, a falta de observância da prevenção de uma das Turmas do TJDF, sem indicar o dispositivo legal que teria sido ofendido. Desse modo, a fundamentação recursal mostra-se deficiente e atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 284/STF.

Quanto ao debate acerca do termo inicial da prescrição, incide igualmente a Súmula n. 284 do STF. Com efeito, o art. 206, § 3º, IV e V, do CC/2002, trata do prazo prescricional de 3 (três) anos, não havendo discordância das razões recursais com o acórdão recorrido quanto ao ponto. O mencionado dispositivo legal, contudo, não serve para embasar a discussão relativa ao termo inicial tal como pretendido pelos agravantes, evidenciando a deficiência da fundamentação do recurso especial.

Os arts. 269, IV, e 302 do CPC/1973 não foram debatidos pelo Tribunal de origem, incidindo a Súmula n. 211 do STJ, diante da ausência de prequestionamento da matéria.

Sobre a inversão do ônus da prova, decidiu a Corte local (e-STJ fls. 317/318):

Com relação a esse argumento apresentado pelo autor, verifica-se que a empresa requerida se manteve silente, uma vez que não refutou a afirmação do autor no sentido de que nunca realizaram qualquer negócio jurídico que justificasse o depósito.

No aspecto, vale ressaltar a inviabilidade de se exigir do autor que comprovasse que nunca realizou qualquer negócio jurídico com a empresa apelada.

Trata-se, invariavelmente, de prova negativa, impossível de ser realizada, contudo, considerando que as empresas possuem registros de suas atividades comerciais, razoável que a apelada apresentasse, comprovantes de transações que justificassem o depósito que foi realizado em seu favor.

Com isso, não merece reforma igualmente a sentença no que diz respeito à condenação da empresa apelada a ressarcir ao autor a quantia que lhe foi depositada, mas que não restou demonstrada a sua causa, em razão da incidência da norma prevista no artigo 884 do Código Civil, que veda peremptoriamente o enriquecimento sem justa causa, determinando o seu ressarcimento à parte lesada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A modificação das conclusões do acórdão recorrido a respeito da inversão do ônus da prova em virtude da inadmissibilidade de produção de prova impossível demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator